

Brasília, 01 de junho de 2026

Seleção

STF terá que se debruçar sob regime de transição para mudanças em Marco Civil da Internet



Big techs querem prazo para se prevenir de responsabilização, mas recursos ainda não têm data para irem ao plenário

BRASÍLIA - Cerca de um ano após o histórico julgamento, os efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em responsabilizar as big techs por conteúdos de terceiros ainda são uma incógnita. As multinacionais querem um regime de transição de, no mínimo, seis meses, mas o plenário ainda não se debruçou sobre os nove recursos ajuizados.

O relator Dias Toffoli chegou a pautar os recursos em uma sessão virtual que começaria nesta sexta-feira (29/5). Entretanto, na última segunda, Toffoli voltou atrás, desmarcou e optou por pedir ao presidente do STF, Edson Fachin, para levá-los a julgamento presencial. Está nas mãos de Fachin pautar os embargos no plenário.

O Facebook e o X Brasil pleiteiam um prazo de, no mínimo, seis meses para implementar as medidas necessárias para moderar os conteúdos questionados por notificações extrajudiciais. A tese do STF responsabiliza as big techs caso mantenham no ar condutas tipificadas como crimes graves mesmo após notificações extrajudiciais.

O X alega que uma moderação eficaz exigiria "operacionalização e alinhamento entre vários times internos", "formação e preparação tanto de moderadores de conteúdo quanto de equipe jurídica" e o "desenvolvimento e aprimoramento de infraestruturas tecnológicas de ponta". "O que, frise-se, corres-

ponde a apenas uma das obrigações impostas", observou.

A Associação Brasileira de Jornalistas Investigativos (Abraji) também alertou para a necessidade de um prazo para adaptação. "Eventualmente algumas empresas de grande porte poderão criar tal sistemática em exíguo prazo, mas é necessário que seja fixado prazo a partir do qual todos atingidos pela decisão possam se adequar e implementar a decisão satisfatoriamente", lembra.

O Facebook cita que o próprio STF criou uma transição para preservar patentes concedidas ao discutir a Lei de **Propriedade Industrial** há cinco anos. "A jurisprudência desta Corte reconhece, de forma consolidada, a necessidade de fixação de prazos razoáveis de adaptação quando da introdução de novos regimes normativos, sobretudo em matérias de alta densidade técnica e impacto econômico", pontua.

Ainda há controvérsia a respeito do marco temporal para as mudanças no Marco Civil da Internet além do regime de transição. O mesmo Facebook e a Google se queixam de que o STF não teria sido claro a respeito de quando a tese passaria a valer, pois o acórdão prevê apenas que a tese "se aplicará prospectivamente".

A Google defende que o marco temporal seja o acórdão ou a ata do julgamento dos recursos, opção que daria fôlego às big techs. "A falta de um marco temporal preciso para início de aplicação da tese deixa aberta a margem para interpretações variadas, em prejuízo justamente da segurança jurídica que o item nº 14 da tese e o próprio regime da repercussão geral procuraram promover", argumenta.

Requisitos para notificações extrajudiciais também levantam dúvidas

A ausência de critérios para admitir uma notificação extrajudicial também provocou questionamentos. A Google e a organização não governamental (ONG) Artigo 19 Brasil alegam que a tese, da forma como está, abriria margem para notificações "genéricas" e "automatizadas" para pedir a exclusão

de um conteúdo, cujo risco seria um abuso de remoções.

A Artigo 19 Brasil observa que o voto do ministro aposentado Luís Roberto Barroso trouxe critérios que poderiam ser considerados. Barroso condicionou a admissibilidade das notificações à "explicação fundamentada das razões pelas quais o notificante entende que o conteúdo é potencialmente ilícito, incluindo menção específica aos dispositivos legais supostamente violados".

O Facebook ainda critica trechos como "ilícitos graves", citado como critério pelo STF para as big techs atenderem às notificações extrajudiciais para remover conteúdos. A plataforma cita uma possível ameaça à liberdade de expressão, já que, segundo ela, há vezes em que "o caráter ilícito ou criminoso não é evidente, mas controverso".

O Facebook sugere como alternativa o acréscimo da expressão "manifestamente" antes do trecho onde é citado "ilícitos graves". A plataforma menciona que o próprio Barroso e os ministros Alexandre de Moraes e Cristiano Zanin utilizaram expressões para modular o tom, a exemplo de "dúvida razoável sobre o caráter criminoso" e "conteúdos manifestamente ilegais".

O centro de pesquisa independente InternetLab critica o mesmo, mas propõe como alternativa "evidentes ilícitos graves". O InternetLab argumenta que os provedores não poderiam ser responsabilizados por manter no ar conteúdos com base "em interpretação razoável da legislação aplicável e do conteúdo em questão".

Código de Defesa do Consumidor para marketplaces

Já o Instituto de Defesa de Consumidores (Idec) reclama de uma possível contradição do STF ao discutir as plataformas com lojas eletrônicas. Apesar de citar que estes provedores respondem conforme o Código de Defesa do Consumidor, a mesma tese pondera que a aplicação das mudanças não acarretará responsabilidade objetiva.

O Idec defende que o STF observe a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e esclareça que a relação entre plataformas com chamados marketplaces e usuários é de consumo. "O acórdão é contraditório e obscuro quanto a essa necessária distinção, o que fragiliza a proteção dos consumidores em um dos setores mais relevantes do comércio eletrônico", questiona.

O Idec também se queixa a respeito da responsabilização das big techs a respeito de conteúdos ilícitos veiculados através de impulsionamentos pagos. A tese isenta as plataformas de serem responsabilizadas caso atuem "diligentemente e em tempo razoável para tornar indisponível o conteúdo". Para o instituto, a relação ainda é de consumo e, por isso, a responsabilidade deveria ser objetiva.

A tese com novos entendimentos sobre o Marco Civil da Internet enumera 14 itens e foi concluída pelo STF em junho de 2025 após meses de julgamento. A decisão partiu do pressuposto de que as big techs devem ser responsabilizadas não só pelo descumprimento de eventuais ordens judiciais para remoção de conteúdos.